ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA COROA VERMELHA

No dia 04 de agosto de 2026, às 09h10min., de forma virtual, através da Plataforma Teams, foi realizada a sétima reunião ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Coroa Vermelha, conforme lista de presença. Participaram da reunião como convidados, a coordenadora técnica da UR Extremo Sul, Sra. Viviane Pires e os estagiários do Inema, Sra. Alice Gabrieli Santos Carlos e Sr. Vinicius R. Santos, além de representantes e demais participantes do Conselho. A reunião foi iniciada pela gestora da APA, Sra. Sandra Antunes do Nascimento, que agradeceu a presença de todos e estabeleceu que as falas seriam organizadas por meio do recurso de levantar a mão, buscando garantir objetividade e oportunidade de manifestação. A reunião teve como pauta principal a recondução do Conselho Gestor da APA Coroa Vermelha, as situações relacionadas às vacâncias de cadeiras e demais assuntos de interesse do território. A Sra. Sandra informou que a renovação do Conselho estava prevista para o final de outubro, com prazo final indicado como 31 de outubro, e que as instituições deveriam responder formalmente aos e-mails encaminhados, confirmando a permanência ou indicando alterações de seus representantes. Foi informado que algumas instituições ainda não haviam recebido a comunicação e que seria realizada a verificação junto à equipe responsável em Salvador. Em relação à composição do Conselho, foi informado que a cadeira de empreendedorismo local havia sido preenchida pelo Sr. Nivaldo, do Hotel Areia do Atlântico, embora ainda faltasse documentação para concluir o procedimento. Também foi discutida a existência de vacância na representação da sociedade civil, bem como a necessidade de verificar a situação da representação do Conselho de Caciques, diante das alterações ocorridas na organização das representações indígenas. O Sr. Caetano Alvarez, representante da Pousada Morada dos Coqueiros, sugeriu a possibilidade de aproximação com representantes do setor náutico, citando a existência de escola náutica na região, proposta considerada pertinente pela gestora para ampliar a diversidade de atividades representadas no Conselho. A Sra. Sandra reforçou a importância do cumprimento do Regimento Interno, especialmente quanto às ausências. Informou que três ausências consecutivas acarretam a perda da cadeira e que, além da manifestação de interesse na recondução, seria realizado levantamento das presenças e das justificativas de ausência. O Sr. Andrea, representante do Restaurante Recanto do Sossego, concordou com a necessidade de maior comprometimento dos representantes, ressaltando que a participação efetiva é essencial para o funcionamento do Conselho. Na sequência, a Sra. Heloísa, representante da Escola Oceano, apresentou relato esclarecendo ser pioneira no setor náutico na região e que a escola funcionou ativamente por mais de duas décadas, porém no período pré-pandemia passou por situação de violência de influência patrimonial e cultural, que gerou uma ação movida contra um grupo envolvido. Entretanto, segundo a Sra. Heloísa, esse mesmo grupo, após 5 anos, promoveu uma nova violência na escola. Ela explanou sobre as dificuldades enfrentadas para a manutenção e reativação das atividades náuticas da escola, mencionando as ameaças e os registros das ocorrências. Relatou também a importância social, educacional e ambiental das atividades desenvolvidas pela escola, inclusive junto a crianças e à comunidade Pataxó. Informou que a escola em suas atividades buscava trabalhar com os alunos devidamente regularizados no município e na Marinha. E que promoveu cerca de 10 edições diretas de evento de regata de

vela, inclusive com patrocínio de parceiros como o restaurante Recanto do Sossego. A Sra. Heloísa alegou com tristeza que atualmente não se vê uma criança ou adulto velejando, inclusive, nem pessoas da melhor idade velejando, sendo que estes eram o público alvo da escola náutica. A mesma informou que tem alunos esperando a reativação da escola há anos, incluindo interessados da propria comunidade indígena, mas que infelizamente toda a vez que a escola tenta se reerguer sofre algum tipo de dano. A Sra. Heloisa se desculpou por estar expondo uma situação tão desagradável, mas agradeceu a todos pela oportunidade de compartilhar parte da sua história. O Sr. Andrea confirmou a relevância histórica da Escola Oceano e do trabalho realizado com a vela e com as atividades náuticas na região, esclarecendo a importância social da reativação da escola, principalmente, pensando no envolvimento das crianças e adolescentes como meio de esporte alternativo e formação profissional. Ainda, o Sr. Andrea, salientou a necessidade do apoio do Conselho nesta causa. A Sra. Sandra acolheu o relato da Sra. Heloísa e destacou que a situação possui também dimensão social e educacional, propondo que o Conselho amadurecesse possibilidades de apoio à reativação da escola. O Sr. Caetano ressaltou que o assunto ficou registrado em ata e que posteriormente poderiam ser avaliadas as possibilidades de atuação do Conselho. Foi também apresentada informação positiva relacionada à economia azul e ao turismo náutico. A Sra. Heloísa relatou a sua participação no evento ocorrido “Fórum de Economia do Mar” e informou sobre articulações envolvendo a Universidade Federal do Sul da Bahia, o Município de Porto Seguro e instituições ligadas ao setor, inclusive com possibilidade de apoio à Escola Oceano por meio de embarcação. A discussão destacou a possibilidade de fortalecer ações de educação, formação náutica e economia azul no território. A Sra. Sandra também falou sobre sua participação no evento do “Fórum de Economia do Mar” e comentou ter sentido falta de uma ampla divulgação do mesmo, especialmente, da ausência dos atores que trabalham diretamente no mar, como os pescadores, marisqueiras, e outros. Essa ausência de representatividade foi também exposta por outros participantes do setor, onde a organização do evento reconheceu a falha e convidaram os que estavam presentes para contribuir nas discussões. Seguindo a pauta da reunião do Conselho da APA, outro ponto tratado foi a situação do território Ponta Grande. A Sra. Sandra apresentou uma Manifestação coletiva das do Conselho de Caciques e lideranças do Território Ponta Grande, assinada em 12 de junho de 2026, em defesa do território, do meio ambiente e dos direitos originários, diante de denúncias de invasões e ocupações irregulares em áreas de vegetação nativa, manguezais e restingas, o referido Conselho decidiu assegurar a proteção de uma área delimitada entre o Rio dos Mangues e a Cabana Nativa, classificada como Área de Preservação Permanente (APP) e situada dentro dos limites do Território Pataxó Ponta Grande no município de Porto Seguro. Alegaram que esta decisão tem como principal objetivo garantir a integridade territorial e ambiental da área, preservando os recursos naturais essenciais à manutenção da vida, da cultura, da espiritualidade e dos modos tradicionais de existência do povo Pataxó. A Sra. Sandra relatou que a área é objeto de processos administrativos e judiciais e que ainda existe complexidade quanto à sua situação territorial. Então, sugeriu a formação de uma comissão para realizar visita à área, verificar a situação existente, a fim de avaliar as possíveis medidas de recuperação e proteção ambiental. Durante as discussões sobre o território, foram mencionados problemas relacionados a ocupações irregulares, aterramento de áreas de mangue e necessidade de articulação entre os órgãos públicos e as representações indígenas.

O Sr. Max Teixeira, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais - SEMAC de Porto Seguro, relatou que logo quando as ocupações irregulares se iniciaram, a SEMAC comunicou ao o Ministério Público Estadual – MPE onde foram realizadas reuniões que resultaram em ação judicial para desocupação dessa área. Entretanto, houve uma manifestação de interesse da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas - MDI na ação, informando que toda aquela região da Ponta Grande está sob processo de reconhecimento e demarcação como território indígena, sugerindo que nenhum tipo de ação de expropriação, ou seja, de retomada da área ou de expulsão de quem quer que seja, fosse realizada tanto pela justiça quanto pela prefeitura e desloca essa ação da Justiça Estadual para a Justiça Federal. Então, hoje a prefeitura de Porto Seguro está totalmente engessada de fazer qualquer tipo de ação nesse sentido, embora a justiça cobre da prefeitura, quais medidas estão sendo adotadas para sanar os impactos ambientais. Ainda, segundo o Sr. Max, é uma situação complexa pois se os impactos ambientais estão sendo ocasionados pelas ocupações irregulares e o município não pode atuar com medidas como ordenar uma desocupação da área, então não há o que fazer no momento. E existem dois procedimentos de demarcação e reconhecimento que engloba do Paraíso dos Pataxós até Coroa Vermelha, sendo então uma área muito extensa e que a FUNAI puxa totalmente para ela essa responsabilidade. Então, para criação de grupos de trabalhos é necessária a participação desses órgãos federais competentes a fim de se ter efetividade na ação. A Sra. Sandra agradeceu ao Sr. Max pela explicação e convidou a todos a pensar em como o Conselho da APA poderia contribuir no diálogo com o grupo que atualmente está instalado no local, especialmente, considerando a manifestação coletiva encaminhada pelo Conselho de Caciques do Território Ponta Grande. O Sr. Luiz Flávio, representante da FUNAI, afirmou que não trabalha diretamente nesta questão, mas que tem conhecimento de que existem dois colegas de trabalho que ficam responsáveis por estas demandas do território Ponta Grande, em Porto Seguro. Informou, ainda, que houve uma reformulação no órgão e que foi criado o setor de Serviços de Proteção Territorial para tratar de situações como essa apresentada. A Sra. Sandra solicitou ao Sr. Luiz Flávio que posteriormente fosse encaminhado o contato desses dois representantes da FUNAI que estão trabalhando lá na área, a fim de entender como o órgão está atuando e como o Conselho da APA poderia contribuir. No momento membresia, o que ocorrer, foi retomada a questão dos animais de grande porte, os cavalos, que ficam soltos no território. O Sr. Caetano Alvarez relatou preocupação com a situação e informou possuir registros e fotografias relacionados ao problema. Foi discutida a necessidade de encaminhamento aos órgãos competentes, inclusive à Secretaria de Agricultura, considerando as competências municipais relacionadas a animais de grande porte. A Sra. Ivy, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cabrália, informou que foi criada a pasta de cuidado animal e essa demanda poderia ser encaminhada à Secretaria visto que existe uma pessoa responsável para tratar do assunto. Como encaminhamento ficou definido que seria formalizado através de um documento com os registros citados pelo Sr. Caetano para envio da denúncia à SEMA de Cabrália solicitando apoio também da Secretaria de Agricultura. O Sr. Max, informou que desde 2023 a SEMAC de Porto Seguro vem acompanhando uma denúncia de um possível aterro irregular no limite do município com Coroa Vermelha (Cabrália), onde na época foi apresentada uma Licença Ambiental expedida pela SEMA de Cabrália, porém foi verificado que o empreendimento se encontrava dentro dos limites territoriais do município de Porto Seguro. Então, a SEMA de Cabrália ao tomar ciência do fato, revogou a

referida Licença, e desde então a SEMAC vem tomando algumas medidas administrativas no sentido de tentar sanar as irregularidades, porque a princípio o que era um espaço apenas para armazenamento de produtos não contaminados, não perigosos, acabou se tornando um Aterro sanitário mesmo, com muito lixo como resíduos de barracas de praia sendo depositados no local. Como o responsável não conseguiu dar conta de separar, recolher e dar destinação adequada aos resíduos, então a SEMAC determinou a suspensão das atividades. Ocorre que a suspensão não foi respeitada e o MP oficiou tanto Cabrália quanto Porto Seguro e recentemente a Secretaria de Saúde do Estado a respeito de laudos apontando contaminação da água e de alimentos que podem trazer problemas de saúde para as pessoas residentes no entorno desse local. Observa-se que os impactos extrapolam os limites do municipio de Porto Seguro chegando a atingir o municipio de Cabrália. Dessa forma, o Sr. Max destaca ser necessária uma intervenção do INEMA nessa situação, tomando medidas administrativas no sentido de suspender as atividades na área. Informou, ainda, que a SEMAC determinou a elaboração de um PRAD para recuperação do local, porém o responsável, não acatou. Além de tudo, a FUNAI se manifestou como responsável por toda área, uma vez toda aquela região estaria sob demarcação. Então, o Sr. Max entende ser necessário uma força tarefa envolvendo o IBAMA juntamente com o INEMA para que medidas efetivas sejam tomadas. Ademais, o Sr. Max ressaltou que foram identificados diversos poços artesianos irregulares na região, sendo então feita a coleta dessas águas para análise onde já foram identificadas contaminação por metais pesados. Então é uma situação que está se agravando e que requer um cuidado por parte dos órgãos nesse sentido. A Sra. Sandra informou que recebeu do Sr. Max a documentação referente a esta demanda e que posteriomente irá analisar e verificar o encaminhamento possível dentro do INEMA. O Sr. Luiz Flávio da FUNAI informou que havia ido nessa área na semana anterior juntamente com a Força Nacional e observaram que grande parte do lixo tinha sido retirado do local. O responsável alegou que todo o lixo coletado está sendo direcionado para o Aterro de Cabrália, porém ainda tinha muito papelão na area. Segundo o mesmo já estaria providenciando a limpeza total da área. De acordo com o Sr. Luiz Flávio, o tenente da Força Nacional ficou de fiscalizar o local, frequentemente, até que a situação esteja totalmente resolvida. A Sra. Sandra agradeceu ao Sr. Luiz Flávio pelos esclarecimentos. A Sra. Ivy da SEMA de Cabrália comentou que eles são reincidentes nesse procedimento, pois param com a atividade por um tempo e depois retornam a colocar o lixo de forma inadequada, sendo então necessário uma atençao especial. A Sra. Sandra também informou que o INEMA já esteve neste local e que realmente em alguns momentos não tem nada de lixo na área, mas que depois recebe outras denúncias informando que ele voltou a fazer o descarte irregular, sendo extremamente importante um monitoramento frequente da situação. O Sr. Murilo, representante da ASCAE, alegou que ficou bastante preocupado com o relato da Sra. Heloísa, com relação à escola náutica, a questão do uso do mar e o uso das praias porque está percebendo na região um excesso de jet ski, andando em alta velocidade, sem controle nenhum, além do excesso de lanchas ou barcos de passeio. Outra situação colocada pelo Sr. Murilo, foi a questão da chegada na região do peixe-leão, espécie exotica, e que seria interessante trazer algum esclarecimento sobre o assunto, talvez na próxima reunião do Conselho, seja através da UFSB ou outra isntituição que esteja monitorando tal fato. Quanto à questão dos jet ski, o Sr. Luiz Flávio explicou que a responsabilidade no mar é da Marinha do Brasil, apesar de ter indígenas envolvidos na atividade. Então, compete à Marinha esta

fiscalização, inclusive quanto ao excesso de lanchas. O Sr. Caetano sugeriu que fosse encaminhado um documento, Ofício, via Conselho da APA Coroa Vermelha solicitando a intensificação de fiscalização marítima pela Marinha, responsável pelo ordenamento náutico. Segundo a Sra. Sandra poderia ser sugerido também que fosse montado um posto permanente da Marinha no território de Coroa Vermelha, a fim de inibir esses problemas e aproximar a Marinha da comunidade. Também foi discutida a circulação de quadriciclos, especialmente em áreas rurais e estradas, com relatos de excesso de veículos, danos às vias, assoreamento e riscos à segurança. O Sr. Murilo, sugeriu que a questão fosse formalizada junto aos órgãos competentes e ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, em razão do tráfego desses veículos, inclusive em estrada federal. Ao final, a Sra. Sandra informou que os encaminhamentos discutidos seriam organizados e apresentados no grupo de WhatsApp do Conselho para ciência e aprovação dos participantes. Após a concordância do grupo, seriam elaborados os documentos necessários e encaminhados, inclusive por Comunicação Interna (CI), aos órgãos competentes, mantendo-se o devido registro dos procedimentos. Foi ressaltada a importância de formalizar as demandas para que pudessem receber os encaminhamentos adequados. Por fim, a gestora informou sobre a participação da APA em atividades relacionadas ao Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, mencionando a reunião do Conselho do Mosaico e a representação da APA. Informou ainda sobre a sua participação em reunião do programa Município Educador Sustentável em Cabrália, indicando a possibilidade de trazer posteriormente informações sobre o plano e sobre ações que possam contribuir para o território da APA Coroa Vermelha. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Sandra agradeceu a presença e a participação de todos, reforçando a importância da união e do trabalho conjunto. A reunião foi encerrada às 11h05min., sendo lavrada a presente ata, que será encaminhada aos conselheiros e acolhida as sugestões de alterações, foi aprovada em 21/08/2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
SANDRA ANTUNES DO NASCIMENTO
Data: 09/09/2026 14:42:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br